



# Tribunal Regional Eleitoral do Pará

**Concurso Público**  
Nível Médio

**Cargo 5: Técnico Judiciário**  
**Área: Administrativa**

Aplicação: 21/8/2005

**CADERNO**  
**DOCAS**

**TARDE**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — **DOCAS** — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cinquenta questões do tipo múltipla escolha, cada uma com cinco opções (A, B, C, D e E), correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

## AGENDA

- I **23/8/2005** — a partir das 10 h — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/tre\\_pa2005](http://www.cespe.unb.br/tre_pa2005) — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **24 e 25/8/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [http://www.cespe.unb.br/concursos/tre\\_pa2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/tre_pa2005).
- III **21/9/2005** — Resultados finais das provas objetivas e do concurso: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

## OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2005 – TRE/PA, de 26/4/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — [http://www.cespe.unb.br/concursos/tre\\_pa2005](http://www.cespe.unb.br/concursos/tre_pa2005).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos



- Nas questões de **1 a 50**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto I – questões de 1 a 3

- 1 O fortalecimento de qualquer democracia exige, além da participação em massa no processo eleitoral, a compreensão popular das regras para a escolha de seus representantes.
- 4 Também é preciso que o eleitorado esteja atento para a necessidade de eventuais modificações no sistema. Verificou-se, durante as eleições gerais de 2002, muita participação, mas
- 7 pouco debate, na comunidade, a respeito das regras eleitorais, ou seja, sobre quem pode ser candidato e como o voto é contabilizado. O atual sistema é permeado de falhas e o eleitor
- 10 é pouco informado, dois problemas que precisam ser considerados com urgência.

- Embora haja alguns avanços (como o projeto Eleitor do
- 13 Futuro, que visa despertar a consciência e o compromisso político), não existe um programa nacional de divulgação do assunto em escolas, no trabalho e em eventos comunitários.
- 16 Nesse contexto, talvez seja mais produtivo retirar o assunto da penumbra dos corredores políticos e tratar dessas questões por meio de um referendo. Não que esta seja a melhor opção para resolver as questões de representação e governo. O ponto
- 19 positivo é que, dessa maneira, teríamos a semente necessária à criação de grupos permanentes de discussão na comunidade.
- 22 Tais grupos poderiam consentir a sociedade tanto sobre as limitações do sistema político atual quanto sobre os resultados esperados com as eventuais modificações. Além disso, a
- 25 discussão na comunidade ajudaria a instituir e consolidar a educação política como parte de disciplinas do currículo do ensino fundamental e médio. Certamente, o maior ganhador seria
- 28 a própria democracia.

Ciência Hoje, v. 35, n.º 210, p. 24 (com adaptações).

#### QUESTÃO 1

Haveria prejuízo das informações apresentadas no texto I ou transgressão às normas gramaticais caso se substituísse

- A “exige” (ℓ.1) por **demandar**.
- B “em massa” (ℓ.2) por **de todos**.
- C “o eleitorado” (ℓ.4) por **os eleitores**.
- D “haja” (ℓ.12) por **existam**.
- E “atual” (ℓ.23) por **vigente**.

#### QUESTÃO 2

A respeito do texto I, assinale a opção correta.

- A O autor constatou que, nas eleições de 2002, o número de votantes poderia ter sido bem maior.
- B O referendo, segundo o texto, seria apenas o ponto de partida para que se estabelecessem discussões, nas comunidades, acerca das regras eleitorais e da necessidade de futuras alterações.
- C O atual sistema de votação apresenta muitas deficiências porque o eleitor pouco se interessa pelo processo eleitoral.
- D O atual programa nacional de divulgação dos processos eleitorais tem como público-alvo crianças e jovens eleitores.
- E Na expressão “grupos permanentes” (ℓ.21), está implícita a idéia de que os atuais grupos não têm um número efetivo de participantes.

#### QUESTÃO 3

Com referência ao texto I, assinale a opção em que, na reescritura do período “Embora haja (...) eventos comunitários” (ℓ.12-15), mantém-se a idéia principal do texto e a correção gramatical.

- A Não há um programa nacional para a divulgação do assunto em escolas, no trabalho e em eventos da comunidade, contudo há alguns avanços, como, por exemplo, o projeto Eleitor do Futuro, cujo objetivo é despertar a consciência e o compromisso político da população.
- B Na divulgação do assunto em escolas, no trabalho e em eventos da comunidade, existe o projeto Eleitor do Futuro, que visa à despertar a consciência e o compromisso político, embora não exista um programa nacional para tratar do assunto.
- C Ainda que hajam alguns avanços na divulgação do assunto em escolas, no trabalho e em eventos da comunidade, o projeto Eleitor do Futuro visa despertar a consciência e o compromisso político, consoante o programa nacional de divulgação do assunto.
- D Para despertar a consciência e o compromisso político nas escolas, no trabalho e nos eventos da comunidade, há o Projeto Eleitor do Futuro que representa um avanço, entretanto não há um programa nacional para a divulgação do assunto.
- E Com o objetivo de despertar a consciência e o compromisso político, o projeto Eleitor do Futuro não avança na divulgação nacional do assunto, em escolas, no trabalho e em eventos comunitários.

#### QUESTÃO 4

- 1 A justiça eleitoral brasileira, com os projetos desenvolvidos pelos tribunais eleitorais, demonstra sua preocupação com a responsabilidade social. Com o
- 4 incentivo a esses trabalhos, criam-se condições para que o cidadão conheça sua história e a história de sua comunidade, para poder, de forma crítica, exigir os seus
- 7 direitos e reconhecer e cumprir os seus deveres.

Internet: <<http://www.tse.gov.br>> (com adaptações).

Considerando o texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A A expressão “esses trabalhos” (ℓ.4) retoma a idéia de “os projetos desenvolvidos pelos tribunais eleitorais” (ℓ.1-2).
- B A vírgula após “trabalhos” (ℓ.4) justifica-se pela necessidade de se isolar expressão adverbial antecipada.
- C Todos os pronomes possessivos empregados no texto referem-se a “cidadão” (ℓ.5).
- D Na linha 4, “criam-se” corresponde a **são criadas**.
- E Na linha 7, a expressão “os seus deveres” é complemento tanto de “reconhecer” quanto de “cumprir”.

## Texto II – questões 5 e 6

1 A cidade, como expressão da sociedade, deixou de  
sustentar-se no humano e privilegiou de forma excessiva a  
função de intercâmbio comercial. Sem dúvida, o mercado é uma  
4 das funções da cidade, mas não, a única.

Não se pode, então, tratar da cidade como uma realidade  
simplesmente material, como uma espécie de cenário neutro que  
7 deve permitir o fluxo das iniciativas privadas, que, na atualidade,  
se entendem quase exclusivamente como iniciativas comerciais  
ou vinculadas a elas. Acima das conveniências particulares,  
10 existe aquilo que justifica a existência da sociedade, o bem  
público. Esse bem público é a alma da cidade.

A busca do bem público é o que, entre os clássicos, se  
13 entendia por política, que, agora, também mudou de paradigma,  
pois se compreende por política, em nossa cultura ocidental, a  
elaboração de campanhas eleitorais, os sorrisos ante as câmeras,  
16 as promessas de todo tipo, as camisetas, os pôsteres, as frases  
impactantes etc. Mas, na prática, também com as exceções que  
confirmam a regra, é um sistema de privilégios mais do que de  
19 deveres, de conveniências mais do que de obrigações, que levou  
a formar uma nova casta que vive preocupada com seus  
interesses pessoais ou os do seu partido. Afastamo-nos tanto da  
22 noção original de política, que se sustenta na lei natural para  
alcançar o bem público, que, hoje, nos parece bom um  
presidente que defende os interesses do país ou um prefeito que  
25 defende os da cidade, sejam estes justos ou não. Já ninguém fala  
do justo, do correto, do nobre, do digno, só de interesses  
materiais, que, embora sejam de grandes grupos, nem por isso  
28 deixam de ser egoístas.

Leonardo Santelices. *Revista Esfinge*, n.º 00, 2005, p. 28-9 (com adaptações).

### QUESTÃO 5

Assinale a opção correta acerca das idéias do texto II.

- A O intercâmbio comercial é a função primordial da cidade.
- B O fluxo das iniciativas privadas justifica por si só a existência das cidades.
- C O termo política, que, atualmente, é utilizado em sentido mais amplo do que na definição dos clássicos, engloba valores morais, tais como justiça, correção e dignidade.
- D A expressão “mudou de paradigma” (ℓ.13) é adequada para caracterizar a transformação ocorrida com a cidade.
- E Depreende-se do que está expresso no final do texto (ℓ.21-28) que os interesses coletivos são sempre altruístas.

### QUESTÃO 6

Com referência aos processos coesivos de referência no texto II, assinale a opção correta.

- A Na linha 9, o termo “a elas” antecipa a expressão nominal “conveniências particulares”.
- B A expressão “Acima das” (ℓ.9) pode ser substituída, sem prejuízo para a coerência e correção do texto, por **Sobre as**.
- C A palavra “que” tem a mesma função sintática nas duas ocorrências da linha 19.
- D A expressão “noção original de política” (ℓ.22) retoma a idéia de “busca do bem público” (ℓ.12).
- E O pronome “estes” (ℓ.25) refere-se a “presidente” (ℓ.24) e “prefeito” (ℓ.24).

### QUESTÃO 7

Assinale a opção correta quanto a concordância e regência.

- A A Revolução de 1930 tinha como um dos princípios à moralização do sistema eleitoral. Um dos primeiros atos foram a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, ao qual trabalho resultou o primeiro Código Eleitoral do Brasil.
- B O Código Eleitoral de 1932 criou a justiça eleitoral, que passou a ser responsável perante todos trabalhos eleitorais — alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regularam em todo o país as eleições federais, estaduais e municipais.
- C A justiça eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos tribunais regionais eleitorais, pelos juízes e pelas juntas eleitorais. Esses órgãos tem suas composição e competências estabelecida pelo Código Eleitoral.
- D O fato é que as instituições públicas devem estar atenta à seu ambiente interno e externo. Internamente, a justiça eleitoral vem desempenhando seu papel ao promover com lisura o processo eleitoral. Externamente, apesar de, constitucionalmente, já estar imbuída por caráter social, busca agora a aproximação para com o cidadão, para mostrá-lo o caminho para a inclusão social.
- E A partir de 1986, com a informatização do cadastro de eleitores, a justiça eleitoral tem trazido extraordinária evolução ao processo eleitoral brasileiro. A urna eletrônica estabeleceu o auge desse processo de modernização, que continua em constante aprimoramento.

Opções adaptadas da Internet: <<http://www.tse.gov.br>>.

### Texto III – questões 8 e 9

#### Mudar fronteiras sem mudar a mentalidade

A retirada de Israel de Gaza deixa mais um marco na sangrenta história desse conflito. O plano é ambicioso e custará muito capital político ao desgastado premiê israelense, que perderá muito de sua base direitista. Alguns inclusive consideram o plano um suicídio político. Mas por que essa retirada é tão controversa? Existem muitas “batalhas” dentro e fora de Israel. O projeto comum do país, o que une o povo israelense, é a existência de um Estado judeu nas terras onde se originou a religião. Muito antes da promessa britânica (1917) de fixar uma terra para os judeus espalhados pelo mundo, já existia um grande movimento mundial de judeus que almejavam emigrar para a Terra Santa. Sharon se retira de Gaza não como um ato unilateral de paz, mas como um cálculo estratégico de guerra: os assentamentos em Gaza não têm a importância estratégica daqueles situados na Cisjordânia (que serão expandidos). Mudam-se as fronteiras, mas a mentalidade continua a mesma.

Leonardo Nader. **Mudar fronteiras sem mudar a mentalidade.**  
In: **O Tempo**, Belo Horizonte, 7/8/2005, p. E5 (com adaptações).

#### QUESTÃO 8

Ao falar em “desgastado premiê israelense”, o autor do texto III refere-se ao

- A primeiro ministro Ariel Sharon.
- B chanceler Ben Gurion.
- C presidente Yasser Arafat.
- D rei Hussein.
- E primeiro ministro Yitzhak Rabin.

#### QUESTÃO 9

Assinale a opção que melhor traduz o sentido do título dado ao texto III.

- A Ao abrir mão dos territórios ocupados, o atual governo de Israel demonstra sua intenção de promover a paz na região.
- B A mentalidade terrorista que sustenta as ações palestinas obrigou Israel a alterar suas fronteiras, reduzindo seu território.
- C Israel mantém o princípio de confronto com os palestinos, cede áreas que não são consideradas essenciais, mas mantém outras, sobre as quais pretende ampliar seu domínio.
- D Os israelenses admitem que, para sua própria segurança, é preferível voltar suas fronteiras aos limites estabelecidos quando da criação de seu Estado.
- E Israel se recusa a modificar suas fronteiras atuais e, para isso, conta com o apoio incondicional dos países ocidentais.

### Texto IV – questões 10 e 11

Pesquisas recentes revelam que basta os pais se mostrarem atentos ao que o filho faz ou deixa de fazer em sala de aula para aparecerem efeitos positivos. Não estou falando aqui em ajudar na lição de casa, mas apenas na atenção. Exame realizado com cerca de 5 milhões de alunos de escolas municipais, estaduais e privadas de São Paulo indica que, quanto mais omissos são os pais ou a mãe, pior o desempenho do aluno. Em todo o país, 6.204 escolas ficam abertas no fim de semana, nas quais se promovem atividades entre alunos e familiares. Com isso, cria-se uma sensação de propriedade e de respeito associada ao ambiente educacional. Em dois anos desse programa, em São Paulo, a incidência de agressões físicas caiu 46,5%; 57% foi a queda de homicídios; 39,5% de depredações ao patrimônio — pichações, por exemplo.

Gilberto Dimenstein. **Lula é a mãe.** In: **Folha de S. Paulo**, 7/8/2005, p. C8 (com adaptações).

#### QUESTÃO 10

A experiência tratada no texto IV é ainda mais significativa quando se sabe que, de maneira geral, o sistema educacional brasileiro

- A tem muito poucas vagas para a quantidade de crianças que buscam o ensino fundamental.
- B apresenta sérias deficiências e sua baixa qualidade reflete-se nas elevadas taxas de evasão e de repetência.
- C está monopolizado pela iniciativa privada, principalmente no ensino fundamental, o que impede os mais pobres de ter acesso à educação.
- D conta com reduzido número de professores, apesar das condições atraentes de trabalho que lhes são oferecidas.
- E proíbe a realização de atividades extracurriculares sob a alegação de que elas afastam os alunos de seus estudos.

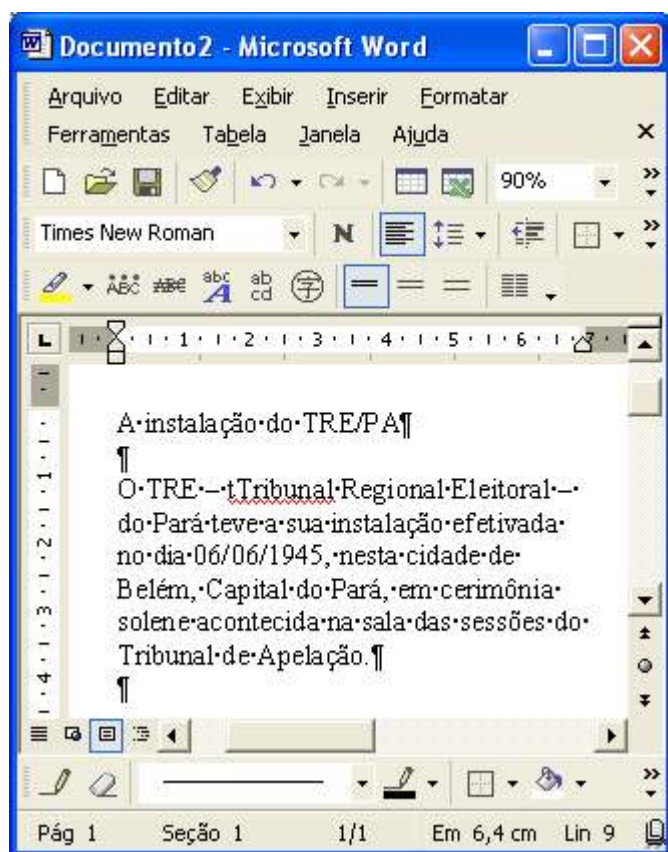
#### QUESTÃO 11

Tendo em vista as idéias desenvolvidas no texto IV e a atual realidade educacional brasileira, assinale a opção correta.






- A O desempenho escolar do aluno independe de fatores externos à escola.
- B A violência ainda não chegou à escola devido ao respeito que essa instituição impõe.
- C Para se proteger, a escola não deve situar-se em áreas com alto índice de violência.
- D Uma solução para a escola não aumentar os problemas que hoje enfrenta é afastar-se do convívio com a comunidade em que atua.
- E Quando a família participa de atividades desenvolvidas na escola, o aluno tende a obter melhores resultados de desempenho escolar.



QUESTÃO 12



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002, assinale a opção **incorreta**.

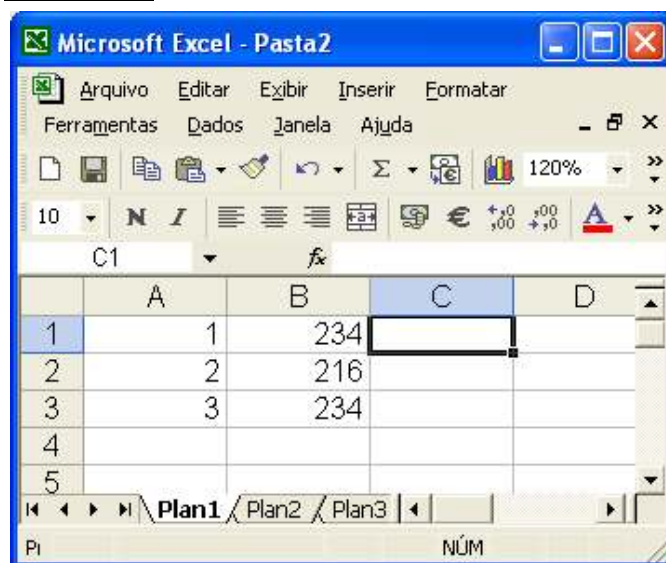
- A Para eliminar a letra “t” indevidamente colocada no termo “tTribunal”, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar entre “t” e “T” no referido termo e teclar .
- B Na situação da figura, caso se deseje ocultar a indicação de erro de grafia presente no documento, é possível fazê-lo por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.
- C Para substituir “PA” por PARÁ no documento em edição, é suficiente aplicar um clique duplo sobre “PA” e, em seguida, digitar PARÁ.
- D Para selecionar o trecho “tTribunal Regional Eleitoral”, é suficiente clicar sobre “tTribunal”; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .
- E Caso se deseje adicionar uma borda que englobe o trecho “A instalação do TRE/PA”, é suficiente realizar as seguintes ações: clicar sobre “instalação” e, em seguida, clicar o botão .

QUESTÃO 13






Com relação ao Windows XP, assinale a opção correta.

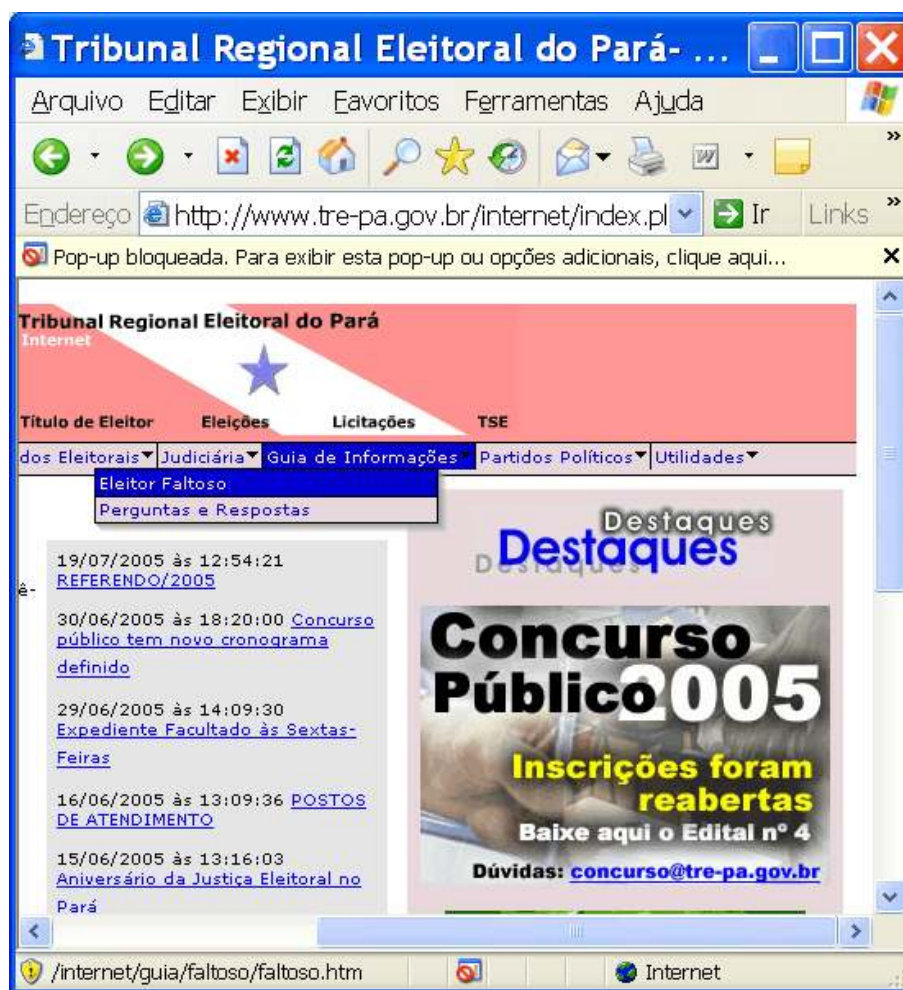
- A Ao se aplicar um clique duplo sobre o ícone correspondente à lixeira do Windows XP, é realizada a operação de esvaziamento da lixeira, ou seja, os itens armazenados na lixeira são apagados.
- B Por meio de recurso do Pannel de controle, é possível ajustar a velocidade do clique duplo do mouse.
- C O aplicativo Windows Media Player permite a execução de arquivos digitais de vídeo, mas não de arquivos de áudio.
- D Ao se clicar o botão Iniciar, é exibida uma lista com diversas opções, entre as quais a opção Minhas Imagens, que, quando clicada, faz que se inicie o aplicativo Windows Media Player.
- E A barra de tarefas do Windows XP é posicionada na parte inferior da tela, não sendo possível, nessa versão do Windows, colocar essa barra em outra posição da tela.

QUESTÃO 14








A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em processo de edição. Com relação a essa figura e ao Excel 2002, assinale a opção correta.

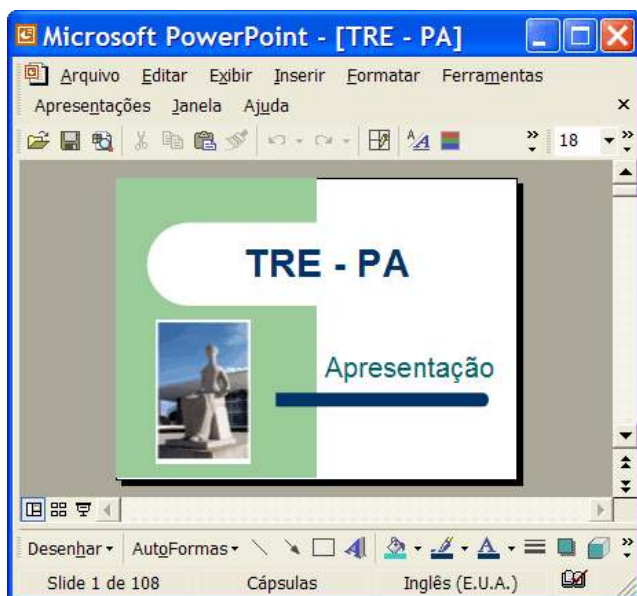
- A Ao se clicar a célula B3 e, em seguida, se clicar , o conteúdo que passará a ser exibido nessa célula será um número decimal, ou seja, 234,0.
- B Ao se clicar a célula B1 e se aumentar para 150% o valor em , apenas o conteúdo da célula B1 será exibido com tamanho maior.
- C Para se adicionar uma nova linha entre as linhas 1 e 2, deslocando-se o conteúdo das linhas 2 e 3, respectivamente, para as linhas 3 e 4, é suficiente clicar o cabeçalho da linha 2 —  —, clicar o menu **Inserir** e, na lista que surge em decorrência dessa ação, clicar Linhas.
- D Para se selecionar um grupo de células formado apenas pelas células A1 e B3, é suficiente clicar a célula A1 e, em seguida, aplicar um clique duplo sobre a célula B3.
- E Ao se clicar a célula B1 e, em seguida, clicar , o conteúdo dessa célula será formatado como negrito. Ao se clicar novamente , será aplicado um outro estilo de negrito em que o traço que forma cada número fica ainda mais grosso.



Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP Professional. Considere, ainda, que o ponteiro do mouse esteja sobre o objeto **Eleitor Faltoso** da página web que está sendo visualizada na janela do IE6. Sob essas condições, assinale a opção **incorreta**.

- A As informações contidas na janela do IE6 permitem concluir que [concurso@tre-pa.gov.br](mailto:concurso@tre-pa.gov.br) corresponde a um objeto na página web visualizada, que, ao ser clicado, fará que o botão  seja acionado. Isso permite que o IE6 se transforme em um aplicativo de correio eletrônico, podendo a janela acima ser substituída pela janela do Outlook Express.
- B As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para se concluir que o IE6 está operando com bloqueio de *pop-ups*. O IE6 disponibiliza recursos para que o referido bloqueio seja desativado ou que os *pop-ups* de determinada página web sejam permitidos ou, até mesmo, autorizados temporariamente.
- C Há opção no menu **Editar** que tem por função a seleção de todo o conteúdo de uma página web que esteja sendo visualizada na área de páginas do IE6, como, por exemplo, aquela mostrada na janela do IE6 acima. Esse recurso do IE6 pode ser também acessado ao se pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**, teclar **A** e liberar a tecla **Ctrl**.
- D As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para se concluir que o objeto **Eleitor Faltoso** da página web mostrada está associado a um *hyperlink*. Para dar início a processo de acesso à página web associada a esse *hyperlink*, é suficiente clicar o referido objeto.
- E Os recursos do IE6 acessíveis por meio do uso dos botões , ,  e  são igualmente acessíveis por meio de recursos disponibilizados pelo menu **Exibir**.

QUESTÃO 16



Considere que a janela do PowerPoint 2002 (PPT) ilustrada na figura acima esteja sendo executada em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP. A janela do PPT contém uma apresentação com 108 *slides* e encontra-se em modo normal. Assinale a opção que ilustra um botão que, ao ser clicado, irá colocar a janela do PPT em modo de apresentação de *slides*, a partir do *slide* atual, que é o primeiro da apresentação.

- A
- B
- C
- D
- E

QUESTÃO 17

Quanto ao gerenciamento da informação, assinale a opção em que todas as atividades apresentadas, referentes a documentos e processos, são de responsabilidade do setor de protocolo.

- A autuação, encaminhamento e arquivamento
- B recebimento, classificação, controle da tramitação e expedição
- C classificação, descrição, arquivamento e expedição
- D registro, classificação, destinação e avaliação
- E autuação, registro, organização e descrição

QUESTÃO 18

No que se refere a preservação, conservação e restauração de documentos, assinale a opção correta acerca dos procedimentos adotados nos arquivos.

- A Com o objetivo de minimizar o ruído no ambiente, é indicado que o piso dos espaços onde são preservados os documentos seja revestido com carpete.
- B Para registro da classificação de documentos, é recomendado o uso de canetas esferográficas.
- C Para reparos em documentos, como enxertos e rasgos provocados pelo manuseio constante, é indicado o uso de papel branco de tamanho A4 e cola plástica comum.
- D É indicado o uso de fungicida como medida profilática em documentos atacados por fungos.
- E Tanto funcionários quanto usuários devem ter conhecimento acerca das medidas referentes ao manuseio de documentos.

QUESTÃO 19

Em um programa de gestão documental, a organização de documentos é realizada por profissionais que fazem uso de alguns instrumentos auxiliares. Assinale a opção em que todos os itens são instrumentos auxiliares.

- A plano de classificação, lista de descartes, tabela de equivalência
- B plano de destinação, manual de procedimentos, tabela de temporalidade
- C tabela de temporalidade, tabela de equivalência, quadro de arranjo
- D plano de classificação, manual de procedimentos, tabela de temporalidade
- E diagnóstico do acervo, tabela de descarte, plano de destinação

QUESTÃO 20

Tomando como base os conceitos fundamentais da arquivologia, assinale a opção correta.

- A O processo de transferência corresponde ao envio de documentos da fase corrente para a fase intermediária.
- B Documentos que esgotaram seus prazos de vigência devem ser descartados de imediato.
- C Todos os documentos produzidos por uma instituição são considerados de valor histórico após um período superior a setenta anos de sua produção.
- D O ciclo documental é constituído por somente duas fases básicas: os arquivos correntes e os arquivos intermediários.
- E Arquivos permanentes possuem como uma de suas atividades principais o empréstimo de documentos para o usuário externo.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

No destacado título II da Constituição Federal, que versa sobre os direitos e garantias fundamentais, o legislador constituinte reservou espaço para o regramento dos direitos políticos e dos partidos políticos. Com respeito a essa matéria, assinale a opção **incorreta**.

- A A Constituição Federal, ao proclamar os princípios básicos que informam o regime democrático, consagrou, em seu texto, o estatuto jurídico dos partidos políticos.
- B O princípio constitucional da autonomia partidária repele qualquer possibilidade de controle ideológico do Estado sobre os partidos políticos.
- C É proibida a adoção de segredo de justiça nas ações de impugnação de mandato.
- D O domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária constituem condições de elegibilidade e podem ser disciplinados mediante simples lei ordinária.
- E Os requisitos de elegibilidade não se confundem com as hipóteses de inelegibilidade.

### QUESTÃO 22

Acerca das atribuições do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A São funções típicas do Poder Legislativo editar leis e fiscalizar, tendo a segunda maior importância que a primeira.
- B Julgar e administrar são funções típicas do Poder Legislativo, pois foram expressamente previstas pela Constituição situações em que está autorizado o exercício dessas funções pelo Poder Legislativo.
- C No exercício das suas atribuições, o Poder Legislativo federal tem maior relevância e peso político por intermédio da Câmara dos Deputados do que pelo Senado Federal, pois a primeira tem mais membros e é escolhida pelo sistema majoritário.
- D A pretexto de desempenhar as suas atribuições, os senadores e deputados federais se auto-concederam imunidades e prerrogativas, as quais constituem verdadeiro atentado à moralidade pública e ao Estado Democrático de Direito.
- E As atribuições investigatórias do Poder Legislativo federal, exercidas por meio das comissões parlamentares de inquérito, compreendem a possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal dos investigados, sem necessidade de prévia autorização judicial.

### QUESTÃO 23

Quanto ao Poder Judiciário, assinale a opção **incorreta**.

- A Os juízes federais são órgãos do Poder Judiciário.
- B Os julgamentos judiciais devem ser públicos e fundamentados. Admite-se, porém, em determinados casos, o sigilo de certos atos judiciais, para preservação do direito à intimidade.
- C Não poderá ser promovido o juiz que reter autos em seu poder, injustificadamente, além do prazo legal.
- D O Poder Judiciário possui autonomia financeira.
- E A recente criação do Conselho Nacional de Justiça é inconstitucional, pois instituiu um controle externo ao Poder Judiciário, que, segundo a Constituição Federal, deve ser livre e independente.

### QUESTÃO 24

A respeito do Poder Executivo e do presidente da República, assinale a opção correta.

- A Em caso de vacância do cargo de presidente da República, far-se-á eleição 120 dias após aberta a vaga.
- B O presidente da República e o vice-presidente são eleitos pelo voto direto e secreto para um período de cinco anos.
- C O presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de governo, mas não é responsável pela escolha dos ministros, pois esta fica a cargo da Casa Civil da Presidência da República.
- D Compete ao presidente da República editar as leis e começar o processo legislativo, que tem início no Senado Federal.
- E No Brasil, o sistema de governo é presidencialista, e o Poder Executivo federal é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado.

### QUESTÃO 25

O Ministério Público é fruto do desenvolvimento do Estado brasileiro e da democracia. A primeira Constituição republicana (1891) não tratava o Ministério Público como instituição, apenas fazendo referência à escolha do procurador-geral, entre os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo presidente da República. O Ministério Público passou a ser tratado como instituição no Decreto n.º 848/1890, que organizou a justiça federal. Em um de seus capítulos, o decreto dispôs sobre a estrutura e as atribuições do Ministério Público no âmbito federal. A Constituição Federal de 1988 deu nova configuração ao Ministério Público, atribuindo-lhe relevantes funções. Entre as opções abaixo, assinale a que **não** se relaciona com as atribuições constitucionalmente previstas para essa instituição.

- A Representar a União judicialmente.
- B Defender a ordem jurídica e o regime democrático.
- C Atuar na tutela dos interesses difusos e coletivos (meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente).
- D Defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.
- E Controlar externamente a atividade policial.

**QUESTÃO 26**

São variadas as formas de violência e exploração a que estão sujeitos crianças e adolescentes sexualmente explorados. Diferentemente da prostituição entre os adultos, que desperta fortes debates acerca da liberdade sexual e da autonomia da vontade, a exploração sexual infanto-juvenil deve ser compreendida como violação de direitos humanos, porquanto as crianças e os adolescentes são incapazes para uma tal tomada de decisão.

Anais do 7.º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 12 a 15/9/2004. Internet: <<http://www.ufmg.br>> (com adaptações).

A partir do tema do texto acima, assinale a opção correta acerca da ordem constitucional relativa à criança e ao adolescente.

- A O trabalho realizado por crianças nas ruas não pode ser caracterizado como trabalho perigoso e prejudicial à moralidade da criança.
- B A Constituição Federal brasileira reafirmou o compromisso com a eliminação do trabalho precoce ao estabelecer limites de idade mínima para o trabalho.
- C A criança e o adolescente sempre tiveram, no Brasil, do ponto de vista jurídico, a garantia de proteção jurídico-constitucional integral.
- D Não há norma expressa na Constituição Federal de 1988 a respeito do combate à exploração sexual da criança e do adolescente.
- E A atuação do Estado visando prevenir a violência sexual e a prostituição infanto-juvenil, bem como a criação de programas de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso, constituem opção de governo, pois não correspondem aos deveres constitucionais a ele impostos.

**QUESTÃO 27**

Ao destinar tratamento específico ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988 tornou-se um marco histórico, uma vez que as constituições anteriores jamais se preocuparam com a proteção ambiental de forma tão abrangente. Acerca do meio ambiente, na forma em que é previsto pela ordem social constitucional, assinale a opção correta.

- A A Constituição Federal consagrou a responsabilidade subjetiva pelos atos lesivos ao meio ambiente.
- B A promoção da educação ambiental, em todos os níveis de ensino, é um dever do poder público, fixado constitucionalmente.
- C Não houve preocupação constitucional com a fiscalização de entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o que configurou lamentável lacuna no sistema de proteção ambiental.
- D As terras devolutas ou arrecadadas pelos estados necessárias à proteção de ecossistemas naturais foram tornadas disponíveis pela ordem constitucional de 1988.
- E As usinas que operem com reatores nucleares devem ter sua localização previamente definida por lei estadual em cada estado da Federação.

**QUESTÃO 28**

A Emenda Constitucional n.º 19/1998 acrescentou aos princípios constitucionais da administração pública o princípio da eficiência. Esse passo visou dar garantia de maior qualidade na atividade pública e na prestação de seus serviços. A respeito do princípio da eficiência, assinale a opção **incorreta**.

- A A introdução desse princípio na carta constitucional demonstra que o legislador constituinte não se contenta apenas com o cumprimento da legislação, segundo o princípio da legalidade estrita. É necessário observar a lei da forma mais eficiente possível.
- B A falta de zelo na atuação do servidor público que resulta em desperdício de dinheiro público pode ser considerada ato ofensivo ao princípio da eficiência.
- C O princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução das finalidades do Estado.
- D Foi fundamental a introdução do princípio da eficiência na Constituição Federal, pois esse princípio não podia ser implicitamente deduzido do rol constitucional dos princípios da administração pública existente até a Emenda Constitucional n.º 19/1998.
- E O administrador público precisa produzir os resultados desejados, tendo obrigação de otimizar suas atividades, para que a administração pública não se torne ineficiente na gestão do aparelho público.

**QUESTÃO 29**

Assinale a opção **incorreta** com relação ao princípio da legalidade dos atos da administração pública.

- A Esse princípio constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais.
- B A vontade da administração pública é a que decorre da lei.
- C Por meio de simples ato administrativo podem ser concedidos direitos e criadas obrigações aos administrados.
- D Esse princípio traz um sentido de certeza, garantia e limitação do poder do administrador.
- E Em uma democracia, a visibilidade e a transparência do poder são ingredientes básicos para, no âmbito do referido princípio, permitir a atuação de mecanismo de controle pela população da conduta dos governantes.

**QUESTÃO 30**

A respeito da administração direta e indireta, considere as características apresentadas nos itens a seguir.

- I Serviços integrados na estrutura administrativa da presidência da República e na estrutura dos ministérios.
- II Grande generalidade de atribuições e tarefas.
- III Supervisão exercida mediante orientação, coordenação e controle dos órgãos e entidades subordinados.
- IV Entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

A quantidade de itens que apresentam características relacionadas à administração direta é igual a

- A 0.      B 1.      C 2.      D 3.      E 4.

**QUESTÃO 31**

Carlos, Jorge, Marcos e Lucas estavam conversando a respeito de atividades que ultimamente vinham desempenhando. Marcos comentou que foi convocado para participar de um júri, na qualidade de jurado. Lucas relatou que estava com receio de que o chamassem novamente nas próximas eleições para ser mesário. Jorge disse que nada de novo acontecera com ele e que continuava trabalhando em uma autarquia federal. Por fim, Carlos, que hoje é secretário de governo de um estado da Federação, reclamou que estava fazendo, na qualidade de leiloeiro público, antes de ter sido eleito, mais de 3 leilões por dia.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Carlos exerceu função pública delegada e hoje é um agente político.
- B Carlos, Jorge, Marcos e Lucas não são todos agentes públicos.
- C Tanto Marcos quanto Lucas são agentes credenciados.
- D Jorge é empregado público.
- E Lucas e Marcos desenvolveram função que criou um vínculo empregatício com a administração.

**QUESTÃO 32**

Uma companhia portuária, empresa particular concessionária de um estado da federação, armazenou e deixou estragar mercadorias guardadas em seus armazéns, em razão de contrato firmado com a empresa particular Zeta Ltda.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Não tem aplicação qualquer teoria de responsabilidade do Estado, porque a relação foi constituída entre particulares.
- B Embora se trate de relação constituída entre particulares, terá aplicação a teoria do risco integral, pois a empresa concessionária assumiu o risco de produzir o resultado no momento em que se dispôs a guardar mercadorias da Zeta Ltda.
- C Caso queira ressarcir-se do prejuízo, a empresa Zeta Ltda. deve provar a culpa da companhia portuária, ou seja, sua negligência.
- D A transferência de um serviço originariamente público a um particular não descaracteriza sua natureza estatal e não libera o executor privado das idênticas responsabilidades que poderiam ser exigidas do poder público, caso este estivesse executando o serviço diretamente. Assim, a companhia portuária pode ser responsabilizada objetivamente pelos danos causados à empresa particular.
- E O que impede a aplicação de qualquer teoria fixadora da responsabilidade contratual é o fato de o dano não ter decorrido de uma ação, mas sim de uma omissão, o que impossibilita eventual responsabilização.

**QUESTÃO 33**

A respeito do poder de polícia, assinale a opção **incorreta**.

- A Mais do que poder, é dever do órgão fiscalizador tomar as medidas pertinentes quando se depara com atividades ilegais perpetradas no âmbito de sua atuação.
- B A adoção, pela administração, de medidas drásticas restritivas de direito, como apreensão e lacração de equipamentos, conquanto, em alguns casos, como medida de polícia administrativa, possa anteceder ao exercício do direito de defesa, constitui exceção, que somente se justifica em casos de urgência e imperatividade da defesa da ordem pública.
- C O exercício do poder de polícia mediante autuação e aplicação de pena (multa pecuniária) é atribuição que deve ser regida por lei, não podendo ser objeto de ato hierarquicamente inferior ou de efeitos meramente internos.
- D A administração pode — e deve, em certas hipóteses — conter os abusos do direito individual em benefício do interesse da coletividade, porém a execução da sua decisão depende de prévia intervenção do Poder Judiciário.
- E O poder de polícia tem como finalidade a proteção do interesse público.

**QUESTÃO 34**

A respeito do poder disciplinar da administração e do controle judicial dos seus atos, assinale a opção **incorreta**.

- A Ao Poder Judiciário cabe examinar o aspecto da legalidade e da legitimidade da sanção imposta pela administração ao servidor, analisando os fatos apurados e a motivação utilizada pela autoridade administrativa, sem que isso implique intromissão indevida nos critérios de conveniência e oportunidade, de competência exclusiva da administração.
- B O Poder Judiciário pode, com esteio no princípio da proporcionalidade, anular uma pena disciplinar que julgar muito severa, na hipótese de considerar que a conduta do servidor não possa ser tida como procedimento desidioso.
- C Em caso de juntada de documento falso, por servidor investigado, no curso da instrução do procedimento administrativo, não será necessária a instauração de um procedimento administrativo próprio e específico para poder apená-lo por este ato, em que o servidor tenha ciência da imputação, prazo para se defender e para o exercício do contraditório.
- D Estando o ato administrativo punitivo revestido de competência, forma, finalidade e motivação, aspectos estes passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, torna-se vedado a este último o exame do mérito da sanção disciplinar.
- E Cabe ao Poder Judiciário o exame da legalidade do ato, aí incluindo-se a investigação em torno da existência do fato ou de sua adequação à lei.

**QUESTÃO 35**

A consagração da responsabilidade civil do Estado constitui imprescindível mecanismo de defesa do indivíduo em face do poder público. Mediante a possibilidade de responsabilização, o cidadão tem assegurada a certeza de que todo dano a direito seu ocasionado pela ação de qualquer funcionário público no desempenho de suas atividades será prontamente ressarcido pelo Estado.

Internet: <[http://www.juxtalegem.com.br/artigos/Responsabilidade\\_Civil\\_do\\_Estado.php](http://www.juxtalegem.com.br/artigos/Responsabilidade_Civil_do_Estado.php)>.

A respeito da responsabilidade civil do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A A redação do dispositivo constitucional pertinente não foi eficaz para pôr fim às controvérsias anteriores quanto à extensão da responsabilidade, ao não incluir, de forma expressa, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- B A Constituição Federal de 1988, ao disciplinar a responsabilidade civil do Estado, o fez prestigiando a responsabilidade objetiva.
- C A prova cabal de dano e da respectiva causa é ônus da administração e não da pessoa que pretende indenização.
- D O dever de indenizar decorre da teoria do risco integral, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- E Para a responsabilização da administração, o lesado deve demonstrar apenas o dano que justifica a obrigação indenizatória do Estado.

**QUESTÃO 36**

No que se refere às responsabilidades dos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

- A Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor público responderá, sempre, em três esferas: a civil, a penal e a administrativa.
- B A responsabilidade civil do servidor é decorrente de atos culposos tão-somente.
- C As sanções penais aplicáveis ao servidor que comete ilícito penal no exercício da função dependem da apuração da falta disciplinar.
- D A responsabilidade administrativa do servidor não pode ser afastada ainda que seja ele absolvido criminalmente em razão da comprovação de inexistência do fato.
- E A responsabilidade penal abrange não apenas os crimes praticados pelo servidor nesta qualidade, mas também as contravenções.

**QUESTÃO 37**

Rui e Luiz tomaram posse na mesma data como juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA). Na primeira sessão em que tomariam assento na Corte, surgiu a dúvida sobre o local em que cada um deveria se sentar, pois houve incerteza a respeito de qual deles seria o mais antigo no tribunal, já que foram nomeados também no mesmo dia, embora Carlos tenha sido nomeado primeiro, às 10 h 20 min, e Pedro, às 10 h 21 min.

Considerando a situação hipotética acima e de acordo com as regras do TRE/PA sobre a antiguidade no tribunal, assinale a opção **incorreta**.

- A Rui deve ser considerado mais antigo que Luiz, pois, recorrendo-se ao critério legal do horário, sua nomeação ocorreu primeiro.
- B Caso esgotados todos os critérios previstos sem que se conseguisse encontrar uma diferença que pudesse indicar o mais antigo entre Rui e Luiz, dever-se-ia recorrer ao sorteio.
- C A antiguidade no TRE/PA, em regra, regula-se pela data da posse de seus juízes, porém esse critério não é suficiente para solver a dúvida que envolve Rui e Luiz.
- D Um critério válido para solver a dúvida sobre antiguidade no tribunal é o da idade. Nesse caso, prioriza-se o mais idoso, porém, esse deve ser o último critério a ser utilizado, antes de se optar pela realização de um sorteio.
- E Inexiste no Regimento Interno do TRE/PA regra que preveja a consideração da data da realização da lista tríplice para escolha do juiz como critério válido para se solver uma dúvida sobre a antiguidade.

**QUESTÃO 38**

Considerando que os profissionais oriundos da advocacia não podem se enquadrar em certas situações previstas no Regimento Interno do TRE/PA, sob pena de serem impedidos de integrar a Corte, assinale a opção que **não** corresponde a uma dessas restrições.

- A Ocupar cargo público de que possa ser demitido *ad nutum*.
- B Ter cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- C Ser diretor de empresa beneficiada com favor em virtude de contrato com a administração pública.
- D Exercer mandato de caráter político, federal, estadual ou municipal.
- E Ser proprietário ou sócio de empresa beneficiada com subvenção em virtude de contrato com a administração pública.



**QUESTÃO 39**

Considere que um juiz eleitoral do TRE/PA tenha cometido diversos abusos, atentando contra o decoro das suas funções, e que um servidor desse tribunal, inconformado com as atitudes do juiz, tenha decidido representar contra o referido magistrado. Nessa situação hipotética, de acordo com o Regimento Interno do TRE/PA, a representação deverá ser dirigida ao

- A presidente do tribunal, a quem compete zelar pelo decoro do tribunal, determinando as medidas processuais cabíveis quando seus patronos se excederem em atos contrários à dignidade da justiça.
- B vice-presidente do tribunal, cuja função é decidir monocraticamente as questões relativas aos servidores do tribunal.
- C corregedor, que deverá ouvir ou mandar ouvir o magistrado representado.
- D juiz mais antigo em exercício no tribunal, exceto na hipótese de a representação ser dirigida a ele próprio, situação em que a representação deverá ser dirigida ao segundo juiz mais antigo em pleno exercício.
- E procurador regional eleitoral, a quem compete defender a jurisdição do tribunal.

**QUESTÃO 40**

Ainda com base no Regimento Interno do TRE/PA, as competências desse tribunal **não** incluem processar e julgar

- A homicídios praticados durante campanha eleitoral.
- B crimes eleitorais cometidos por deputados estaduais e prefeitos, enquanto estiverem no exercício do mandato.
- C conflitos de competência entre juízes eleitorais.
- D reclamações e representações por descumprimento da legislação pertinente à propaganda eleitoral.
- E o registro de candidatos a governador e vice-governador, a senador, a deputado federal e estadual.

**QUESTÃO 41**

Julgue os itens seguintes, relativos a normas sobre alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, regularização de situação de eleitor, administração e manutenção do cadastro eleitoral e sistema de alistamento eleitoral, constantes da Resolução n.º 21.538/2003, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

- I Para a inscrição do eleitor, o servidor da justiça eleitoral deve preencher o requerimento de alistamento eleitoral ou digitar as informações no sistema eletrônico, de acordo com os dados constantes no documento apresentado pelo requerente, complementados com informações fornecidas diretamente por este, e deve exigir a apresentação de cópias de documentos que comprovem a veracidade das informações.
- II Quando do requerimento de inscrição, no caso de ser apresentada carteira de identidade ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal para controle do exercício profissional, o servidor da justiça eleitoral deverá exigir que a assinatura do requerimento seja feita de forma idêntica à do documento apresentado.
- III A revisão de título eleitoral ocorre quando o eleitor deseja alterar local de votação no mesmo município, ainda que haja mudança de zona eleitoral, ou retificar dados pessoais. Nessa situação, o título é expedido automaticamente, e a data do domicílio eleitoral não é alterada.
- IV O preenchimento do requerimento de alistamento ou a digitação de dados diretamente no sistema eletrônico devem ser feitos apenas por servidores habilitados a praticar os atos reservados ao cartório e constantes de relação mantida em cada zona eleitoral.
- V O alistamento eleitoral de brasileiro nato alfabetizado será feito sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a inscrição seja requerida até o último dia do prazo fixado para o alistamento, anterior à eleição subsequente à data em que os 19 anos de idade forem completados.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.                      B 2.                      C 3.                      D 4.                      E 5.

**QUESTÃO 42**

Com relação às normas existentes na Resolução n.º 21.538/2003, do TSE, que regem os procedimentos de batimento ou cruzamento das informações constantes do cadastro eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- A Esses procedimentos, que devem ser realizados pelo TRE no âmbito de cada circunscrição eleitoral, têm como objetivo expurgar possíveis duplicidades ou pluralidades de inscrições eleitorais e identificar situações que exijam averiguação.
- B As operações de alistamento, transferência e revisão somente são efetivadas depois de realizado o batimento.
- C Inscrição agrupada, ou seja, em duplicidade ou pluralidade, ficará sujeita a apreciação e decisão de autoridade judiciária.
- D Em um mesmo grupo de inscrições com duplicidade ou pluralidade, aquelas mais recentes, excetuadas as inscrições atribuídas a gêmeos, são consideradas não-liberadas.
- E Em caso de agrupamento, a inscrição de gêmeo, sem indicação dessa condição, será considerada não-liberada.

**QUESTÃO 43**

A respeito da atual composição do TSE, assinale a opção correta.

- A O TSE é composto de, no máximo, sete membros.
- B Invariavelmente, três juízes são escolhidos entre os ministros do STF, e dois juízes são escolhidos entre ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- C Dois juízes são escolhidos entre advogados que demonstrem amplo conhecimento de direito eleitoral.
- D O presidente e o corregedor eleitoral são escolhidos entre os ministros do STF, por este mesmo tribunal.
- E O vice-presidente é escolhido, pelo próprio tribunal eleitoral, entre os ministros do STJ.

**QUESTÃO 44**

Acerca da atual composição dos TRE, assinale a opção correta.

- A Deve haver, no mínimo, um TRE em cada estado e no Distrito Federal.
- B Três juízes são escolhidos, pelo tribunal de justiça (TJ) do estado ou do Distrito Federal, entre os desembargadores.
- C Dois juízes são escolhidos, um entre juízes de direito vinculados ao TJ, e outro deve ser juiz federal, escolhido pelo tribunal regional federal (TRF) competente.
- D Dois juízes são nomeados, pelo presidente da República, entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo TJ.
- E O corregedor regional eleitoral deve ser escolhido, pelo próprio TRE, entre os desembargadores.

**QUESTÃO 45**

A respeito da legislação eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- A Os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções e no que lhes for aplicável, gozam de plenas garantias e são inamovíveis.
- B Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servem por dois anos, no mínimo, e, nunca, por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos, em número igual para cada categoria, escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo.
- C São irrecorríveis as decisões do TSE, salvo as que contrariarem a Constituição da República e as denegatórias de *habeas corpus* ou de mandado de segurança.
- D Cabe recurso quando decisão do TRE anular diploma ou decretar perda de mandato eletivo federal ou estadual.
- E O Código Eleitoral, instituído pela Lei n.º 4.737/1965, no que dispõe sobre organização judiciária, administrativa e do pessoal da justiça eleitoral, foi recepcionado pela Constituição da República como lei complementar.

**QUESTÃO 46**

Acerca da atual competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais, assinale a opção correta.

- A Compete aos TREs processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais de partidos políticos, bem como o de candidatos a prefeito.
- B Compete privativamente aos TREs fixar a data das eleições para governador, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e juízes de paz.
- C Compete privativamente aos TREs aprovar a divisão do respectivo estado em zonas eleitorais, bem como a criação de novas zonas.
- D Compete privativamente aos juízes eleitorais resolver as impugnações e os demais incidentes verificados durante os trabalhos de contagem e de apuração dos votos.
- E Compete à junta eleitoral expedir diploma aos eleitos para cargos municipais, mas, nos municípios onde houver mais de uma junta, a expedição dos diplomas será feita pela que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo, à qual as demais enviarão os documentos da eleição.

**QUESTÃO 47**

A respeito do sistema eleitoral previsto na Constituição da República e no Código Eleitoral, assinale a opção correta.

- A Na eleição para o Senado Federal, adota-se o princípio majoritário.
- B Na eleição para as câmaras municipais, adota-se o princípio da representação proporcional, e o mandato é imperativo.
- C Na eleição para a Câmara dos Deputados, adota-se o princípio majoritário.
- D Na eleição para a Câmara dos Deputados, o mandato é imperativo.
- E Na eleição para o Senado Federal, a circunscrição é o país.

**QUESTÃO 48**

Assinale a opção correta no que diz respeito ao quociente eleitoral, um dos institutos utilizados pelo sistema eleitoral brasileiro para definição de eleitos para determinados cargos.

- A Obtém-se o quociente partidário dividindo-se o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas pelo quociente eleitoral, arredondando-se a fração para o número inteiro imediatamente superior.
- B Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários são distribuídos, dividindo-se o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação de partidos, incluindo-se aqueles que não tenham atingido o quociente eleitoral, pelo número de lugares obtido, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, repetindo-se a operação para a distribuição de cada um dos lugares.
- C Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio; ou considerada equivalente a um, se superior.
- D Para determinação do quociente eleitoral contam-se como válidos os votos em branco.
- E Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, a eleição será renovada. Caso persista o não-atingimento do quociente eleitoral, serão considerados eleitos os candidatos mais votados até serem preenchidos todos os lugares.

**QUESTÃO 49**

Acerca das mesas receptoras de votos, assinale a opção correta.

- A A mesa receptora de votos é constituída de um presidente, quatro mesários e um suplente, nomeados pelo juiz eleitoral.
- B A cada seção eleitoral corresponde uma mesa receptora de votos.
- C Os parentes, ainda que por afinidade até o segundo grau, inclusive, e o cônjuge de candidatos não podem ser nomeados presidentes de mesa, mas podem ser nomeados mesários.
- D Os mesários são nomeados, de preferência, entre os eleitores da própria seção, e, entre estes, os diplomados em escola superior, os professores e os serventuários da justiça eleitoral.
- E Qualquer partido pode reclamar da nomeação da mesa receptora ao juiz eleitoral, no prazo máximo de dois dias, devendo a decisão ser proferida em igual prazo, e o partido que não houver reclamado contra a composição da mesa não pode argüir, sob esse fundamento, a nulidade da seção respectiva.

**QUESTÃO 50**

Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta.

- A O partido político destina-se a resguardar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana definidos na Constituição da República, no interesse da autenticidade do sistema representativo.
- B É livre a criação, fusão e incorporação de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana, mas a extinção depende de decisão judicial.
- C É assegurada ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento em estatuto que só entrará em vigor depois de aprovado pelo TSE.
- D Somente o registro do estatuto do partido no TSE assegura a exclusividade de sua denominação, sigla e símbolos, vedada a utilização, por outros partidos, de variações que venham a induzir a erro ou confusão.
- E O estatuto do partido político deve estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias, bem como o processo para a apuração de infrações e a aplicação de penalidades, podendo prever situações em que o cancelamento automático da filiação ocorre sem o direito de defesa.

